

LEI N. 3.571, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

DOM 14.11.2025 – N. 6196, ANO XXVI)

INSTITUI a Política Municipal para Doenças Raras no âmbito do município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica instituída no município de Manaus a Política Municipal para Doenças Raras.

Art. 2.º São objetivos da Política Municipal para Doenças Raras:

I – complementar, em nível local, as diretrizes nacionais de saúde pública a respeito das políticas para o atendimento a pessoas com doenças raras;

II – assegurar a inclusão social e a efetividade dos direitos assegurados às pessoas com doenças raras em diferentes âmbitos: saúde, educação, assistência social, entre outros; e

III – melhorar a capacidade de resposta dos serviços de saúde, educacionais, assistenciais e outros, no âmbito municipal, às demandas e necessidades específicas das pessoas com doenças raras e suas famílias, tendo como foco prioritário:

a) a atenção continuada à qualificação dos profissionais da rede de serviços municipais;

b) a garantia do apoio psicológico e socioassistencial aos doentes e familiares; e

c) a informação e a orientação sobre os meios de acesso aos serviços municipais e acerca dos direitos assegurados em lei às pessoas com doença crônica e seus familiares, entre outros temas pertinentes.

Art. 3.º No intuito de implementar a referida Política Municipal, a Municipalidade poderá convidar especialistas e representantes de associações de pessoas com doenças raras e seus familiares, para que possam contribuir, a título não oneroso, com as suas experiências e conhecimentos para o planejamento de estratégias e ações direcionadas ao atendimento qualificado desse público-alvo.

Art. 4.º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 14 de novembro de 2025.



CÂMARA MUNICIPAL DE
MANAUS



DIRETORIA LEGISLATIVA

DAVID ANTÔNIO ABISAI PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito de Manaus

Este texto não substitui o publicado no DOM, de 14.11.2025 – Edição n. 6196, Ano XXVI.



DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE Manaus

Manaus, sexta-feira, 14 de novembro de 2025.

Ano XXVI, Edição 6196 - R\$ 1,00

Poder Executivo

LEI N. 3.571, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

INSTITUI a Política Municipal para Doenças Raras no âmbito do município de Manaus.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 80, inc. IV, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

FAÇO SABER que o Poder Legislativo decretou e eu sanciono a seguinte

LEI:

Art. 1.º Fica instituída no município de Manaus a Política Municipal para Doenças Raras.

Art. 2.º São objetivos da Política Municipal para Doenças Raras:

I – complementar, em nível local, as diretrizes nacionais de saúde pública a respeito das políticas para o atendimento a pessoas com doenças raras;

II – assegurar a inclusão social e a efetividade dos direitos assegurados às pessoas com doenças raras em diferentes âmbitos: saúde, educação, assistência social, entre outros; e

III – melhorar a capacidade de resposta dos serviços de saúde, educacionais, assistenciais e outros, no âmbito municipal, às demandas e necessidades específicas das pessoas com doenças raras e suas famílias, tendo como foco prioritário:

a) a atenção continuada à qualificação dos profissionais da rede de serviços municipais;

b) a garantia do apoio psicológico e socioassistencial aos doentes e familiares; e

c) a informação e a orientação sobre os meios de acesso aos serviços municipais e acerca dos direitos assegurados em lei às pessoas com doença crônica e seus familiares, entre outros temas pertinentes.

Art. 3.º No intuito de implementar a referida Política Municipal, a Municipalidade poderá convidar especialistas e representantes de associações de pessoas com doenças raras e seus familiares, para que possam contribuir, a título não oneroso, com as suas experiências e conhecimentos para o planejamento de estratégias e ações direcionadas ao atendimento qualificado desse público-alvo.

Art. 4.º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.

Art. 5.º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Manaus, 14 de novembro de 2025.

DAVID ANTÔNIO ALAI PEREIRA DE ALMEIDA
Prefeito de Manaus

DECRETO Nº 6.730, DE 14 DE NOVEMBRO DE 2025

DECLARA de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel que menciona e dá outras providências.

O **PREFEITO DE MANAUS**, no uso da competência que lhe confere o art. 128, inc. I, da Lei Orgânica do Município de Manaus,

CONSIDERANDO as disposições do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, com as alterações introduzidas pela Lei nº 2.786 de 21 de maio de 1956;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 6.022, de 01 de novembro de 2024, que confere caráter normativo ao referido Parecer nº 099/2024 – PMAUPI/PGM, que dispensa a apresentação de certidões de regularidade fiscal nos processos de desapropriação, considerando tratar-se de aquisições originárias;

CONSIDERANDO a obrigação do Poder Público de proporcionar à população condições dignas de moradia, lazer, educação, saúde e demais serviços públicos;

CONSIDERANDO que a faixa de terra a ser utilizada está encravada em área tecnicamente estratégica para a utilidade do qual se destina;

CONSIDERANDO a necessidade de proporcionar espaços necessários para o bom desenvolvimento das atividades previstas na implantação e execução do Projeto de implantação e execução das obras de intervenção Viária de Interligação entre a Avenida Brasil e Avenida Coronel Teixeira, visando à melhoria da fluidez viária e à integração urbana na cidade de Manaus;

CONSIDERANDO a necessidade de priorizar os processos de desapropriação ou indenização de áreas consideradas de utilidade pública necessárias para a implantação e execução das obras de intervenção viária de interligação entre a Avenida Brasil e Avenida Coronel Teixeira;

CONSIDERANDO o disposto na Informação nº 0205/2025 do Departamento de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto – DEGRS da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Sustentabilidade e Mudança do Clima – SEMMASCLIMA;

CONSIDERANDO a Informação Técnica nº 0357/2025 – oriunda da Gerência de Parcelamento do Solo – GPS;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Procuradoria Geral do Município – PGM, por meio do Parecer nº 095/2025 – PMAUPI/PGM, ratificado pelo Despacho subscrito pelo Procurador-Geral do Município, os demais elementos informativos constantes nos autos do Processo nº 2025.20000.20114.0.001215,

DECRETA:

Art. 1º É declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação, a faixa de terra localizada nesta cidade na Avenida Coronel Teixeira, nº 5.640 A, Bairro Nova Esperança, com área total de 4.629,82 m² (quatro mil, seiscentos e vinte e nove metros quadrados e oitenta e dois decímetros quadrados), sendo afetada área medindo 21,31 m² (vinte e um